

ACERVO DOCUMENTAL DO CAVG: O PATRIMÔNIO EM PERSPECTIVA (ETAPA 4) – ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO E TRABALHO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

BRUNA FERREIRA MEDEIROS¹; RAQUEL RIBEIRO SALOMÃO²; FABIOLA
MATTOS PEREIRA³

¹Instituto Federal Sul-rio-grandense – brunamedeiros.vg017@academico.ifsul.edu.br

²Instituto Federal Sul-rio-grandense – raquelribeirosalomao@gmail.com

³Instituto Federal Sul-rio-grandense – fabiolapereira@ifsul.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar brevemente parte dos resultados de pesquisa etnográfica realizada junto a um acervo histórico de um câmpus integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), o câmpus Pelotas - Visconde da Graça (CaVG), fundado no ano de 1923, na cidade de Pelotas (RS). O projeto que dá origem a este trabalho, foi desenvolvido com subsídio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) que, ainda em andamento deu continuidade às investigações realizadas anteriormente e, atualmente tem por objetivo aprofundar a centralidade da categoria trabalho no ensino agrícola e suas ressonâncias nas propostas educacionais destinadas às mulheres ao longo dos anos.

A história da educação feminina na instituição tem início na década de 1950, com a criação de cursos voltados à capacitação para a economia rural doméstica, por meio dos Centros de Formação instalados nas escolas de ensino agrícola, como a Escola Agrotécnica Visconde da Graça, em Pelotas (PEREIRA; RIBEIRO, 2023). Trata-se de uma política implementada em nível nacional, no contexto do pós-guerra, sob a coordenação do governo norte-americano. Paralelamente, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto 9.613, de 20 de agosto de 1946), que autorizava o ingresso de mulheres nesse tipo de ensino, porém sob condições específicas de trabalho, não equiparadas às destinadas aos homens.

A pesquisa sobre as mulheres nos arquivos é um desafio constante a ser superado. Ausentes na historiografia oficial raras são as mulheres que se destacam, ficando, como já densamente tratado, os registros oficiais realizados somente pelas memórias dos homens. A pesquisadora Michele Perrot (2019), em sua obra “Minha história das mulheres” reconhece as lacunas existentes nos arquivos, o que consequentemente reflete nas ausências de narrativas históricas. Sobre o tema a autora indica que “Existem, entretanto, muitas fontes. Fontes que falam delas. Fontes que emanam delas, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente” (PERROT, 2019, p. 25). As vozes das mulheres são ouvidas, mas não necessariamente registradas pelas próprias mulheres. Essa é uma das lacunas que esta investigação busca. A análise das dinâmicas de trabalho propostas nos cursos desde as primeiras matrículas de mulheres no CaVG, em 1950, é fundamental para compreender as desigualdades que se reproduziram — e ainda se reproduzem — no espaço educacional e no mundo do trabalho.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota o método da etnografia documental, de natureza qualitativa, fundamentado no olhar antropológico sobre os vestígios da realidade social por meio dos documentos. O objetivo é descrever, em nível micro, as práticas

desenvolvidas no Visconde da Graça, articulando-as ao contexto social mais amplo, no qual sujeitos e grupos compartilham sentidos e significados para suas ações.

Sabendo-se que a abordagem da realidade tomada através dos documentos é de outra natureza, compreendemos que nossos interlocutores (os documentos) não respondem diretamente às perguntas que colocamos. Eles nos provocam conduzindo assim a um mergulho profundo em sua direção, exigindo dos pesquisadores e das pesquisadoras, uma imersão ainda maior em campo e uma atenção redobrada a pequenos sinais. Por isso, a preocupação com a abordagem etnográfica dos documentos deve: “levar a sério os documentos como peças etnográficas implica tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte [...] quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. (CASTILHO, 2014, p. 47)

A investigação consiste em uma varredura em diferentes documentos sob guarda do *Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura* (NEPEC), acervo histórico do CaVG. Busca em relatórios anuais, correspondências, portarias, atas, registros de matrícula, processos de ingresso e propostas de cursos. Também foram consultados documentos da Coordenadoria de Registros Acadêmicos do CaVG, utilizados como fontes primárias de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que a investigação está em curso, apresentamos neste tópico dados preliminares e parciais. Tomamos por referência a década de 1960, pois é neste momento que surgem os primeiros registros da presença das mulheres em cursos agrícolas masculinos.

Registramos que não foram encontrados editais, ou outras ações que tenham a seleção das mulheres nos cursos agrícolas de frequência exclusiva masculina. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola recomenda, em capítulo especial, que os estabelecimentos de ensino agrícola deveriam disponibilizar cursos específicos para mulheres. Na instituição investigada, registros da frequência em cursos específicos de Economia Doméstica Rural foram fartamente encontrados, contudo, a migração das mulheres ainda segue sem vestígios. Supomos, portanto, que elas foram migrando de maneira informal com permissão dos dirigentes que, sob atenção e vigilância, garantiam a permanência de mulheres em cursos agrícolas masculinos.

No ano de 1964 foram encontrados registros de matrículas que tratam desta frequência, mas causa estranheza nos registros que, estas mulheres não recebiam os mesmos conteúdos. A elas era ofertada uma formação mais simplificada. Embora estivessem matriculados nos mesmos cursos e frequentassem os mesmos componentes curriculares, os currículos apresentavam diferenças importantes: nomes das disciplinas, carga horária, conteúdos. O diploma, no entanto, trazia o mesmo título “mestre agrícola”.

No ano de 1966 mudanças significativas foram encontradas na estrutura curricular: disciplinas, carga horária e conteúdo. Nesta conjuntura destacamos que também é possível perceber, pelos documentos analisados, como as propostas destinadas às mulheres eram apresentadas de forma diferente daquelas voltadas aos homens. Enquanto os textos direcionados ao público masculino eram objetivos e técnicos, os voltados às mulheres usavam uma linguagem mais romântica ou dramatizada.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa lança luz sobre a participação feminina no ensino agrícola, abordando as assimetrias de gênero ainda presentes nos espaços educacionais e desafiando os silêncios e invisibilidades nos registros institucionais. Não resta dúvida que, por força da legislação, a presença das mulheres foi sendo sentida nos espaços institucionais, indicando sinais de uma sociedade que não as podia mais conter.

Ao interrogar os silêncios e invisibilidades nos registros institucionais, amplia-se o campo de reflexão sobre o papel das mulheres e seus enfrentamentos dentro de estruturas historicamente excludentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm Acesso em: 18 mai. 2025.

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações.** Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

PEREIRA, Fabíola Mattos; RIBEIRO, Angelita Soares. (2023). A presença das mulheres na educação profissional agrícola na cidade de Pelotas: Um relato de pesquisa. **História Em Revista**, Pelotas, 28(2), p. 38-55, nov. 2023.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2019.